



DRAFT

-----Mandato 2013/2017 -----

-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Quarenta e Nove -----

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezasseis reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

----- Às doze horas e onze minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Aprovação de atas – Ata nº 46, de 15.2.2016 (doc 1)-----
- 2. Preparação da 103ª reunião da AML, em 19.4.2016 (doc 2)-----
- 3. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3) -----
- 4. Ajustamento do Calendário (doc 4) -----
- 5. Proposta do BE sobre as Propostas 814/2015 e 12/2016 (doc 5)-----
- 6. Outros assuntos-----

----- **A Senhora Presidente**, antes de entrar na Ordem de Trabalhos, solicitou à Dra. Alexandra Casanova que fizesse um despacho em seu nome e com publicação em Boletim Municipal, a dizer que, tendo sido entendido, em Conferência de Representantes, que iria ser necessária, numa determinada comissão, a presença de todas as forças políticas, que se deveriam convocar os representantes das forças políticas sem assento naquela Comissão, com o estatuto de membro de pleno direito. Acentuou que seria apenas, e só, naquelas circunstâncias.-----

----- Referiu que era um procedimento que deveria de ser instaurado. Explicou que se não fosse assim teria de convocar mais Comissões e com aquele procedimento economizavam recursos e a apreciação podia ser feita numa só instância. -----

----- Propôs uma alteração ao Regimento. Mencionou que, em conformidade com aquilo que estava legislado, a aprovação das despesas de representação dos dirigentes municipais era da competência daquela Assembleia. -----

----- Sugeriu que se aditasse ao Regimento aquela competência, a competência da aprovação das despesas de representação dos dirigentes municipais.-----

----- Comunicou que tinha o parecer do Departamento Jurídico.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel dos Santos** solicitou, relativamente à questão das forças políticas que não se encontravam representadas na Primeira Comissão mas que poderiam estar presentes, com o estatuto de membros, nas reuniões do Orçamento, que o GAAM clarificasse, através de um *email* ou mesmo da convocatória, aquela situação. -----



----- **A Senhora Presidente** salientou que tinha acabado de solicitar à Dra. Alexandra Casanova que fizesse um despacho formal naquele sentido e com publicação em Boletim Municipal. Explicou que o GAAM não o poderia fazer sem um fundamento legal. Disse que tinha de existir uma indicação formal e realçou, em seguida, que existiam regras muito restritas relativamente ao pagamento das senhas e dos direitos e deveres. -----

----- **Ponto 1 – Aprovação de atas – Ata nº 46, de 15.2.2016 (doc 1)** -----

----- **A Senhora Presidente** deu início à aprovação do ponto um da Ordem de Trabalhos, submetendo o *draft* da ata número quarenta e seis à consideração e votação da Conferência, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 2. Preparação da 103ª reunião da AML, em 19.4.2016 (doc 2)**-----

----- **A Senhora Presidente** começou por transmitir que tinha reclassificado alguns documentos. Introduziu que tratando-se de uma saudação ou de um protesto, tinha a designação de voto, e que quando se tratava de fazer diligências junto de uma entidade, era uma moção e que quando o assunto era recomendar à CML, era uma recomendação. Explicou que alguns dos documentos apresentados como moções eram, na realidade, saudações e que por isso os tinha reclassificado. -----

----- Referiu, relativamente ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, que iriam ter PAOD. -

----- Comunicou que já existiam várias pessoas inscritas para a sessão do dia seguinte, quase todas relacionadas com habitação e destacou que alguns eram reincidentes. -----

----- Transmitiu que já tinham tomado diligências, junto da terceira Comissão, por causa da constituição do grupo de trabalho de acompanhamento e que a Terceira Comissão sugerira, como contraproposta, que aquele grupo de trabalho tivesse, para além de um representante de cada força política, o Presidente da Terceira Comissão e o Presidente da Sexta Comissão.-----

----- Revelou que concordava com aquela contraproposta e que se não existissem objeções iria redigir a Proposta nos termos propostos pelas comissões e agendá-la na reunião seguinte. Resumiu que aquele grupo de trabalho iria ter como objetivo o acompanhamento das situações de carência habitacional invocadas pelo público no PAOD, realçando que, naquelas situações, era àquela Assembleia que as pessoas se estavam a dirigir e que era necessário dar resposta ao Município. Fez saber que aquele grupo de trabalho, para poder dar resposta, iria ter apoio técnico jurídico, quer da Direção Municipal de Habitação, quer da Gebalis, quer do seu Gabinete. Adiantou que iriam reunir mensalmente e que teriam de acompanhar as situações. Sublinhou que deveriam, no caso dos reincidentes, ouvir as pessoas antes da segunda inscrição. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Casimiro** questionou se aquele grupo de trabalho poderia abranger outras situações, nomeadamente as situações de despejo.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que gostaria que aquele grupo de trabalho acompanhasse, exclusivamente, os casos dos municípios que se inscreviam naquela Assembleia. Realçou que não se sentia em condições de responder aos municípios sem o trabalho daquele grupo. Expôs que não tinha respostas para dar, explicou que mandava cartas para o pelouro e que o pelouro dizia que estava a analisar. Acentuou que tinham de agilizar aquele processo. -----



----- Relativamente às situações de despejo bastava que as pessoas se inscrevessem para ficarem abrangidas por aquele grupo de trabalho, tinham era que se dirigir àquela Assembleia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Casimiro** disse que era necessário que as pessoas tivessem conhecimento daquele mecanismo. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não podiam ter conhecimento se as pessoas não se dirigissem àquela Assembleia. -----

----- Acentuou que ainda estava a redigir a proposta e solicitou que lhe enviassem as sugestões que entendessem necessárias. -----

----- Informou que os únicos despejos que tinha tido conhecimento eram despejos de ocupações ilegais, de ocupações abusivas. -----

----- Partilhou que naquele momento estava a trabalhar, na Assembleia da República, na alteração da renda apoiada. Expôs que tinha proposto que as pessoas que se encontrassem naquela situação fossem, obrigatoriamente, encaminhadas para uma solução legal de acesso à habitação. -----

----- Considerou que era uma alteração muito grande à legislação que se encontrava em vigor, que dizia que quem se encontrasse naquela situação, em ocupação abusiva, se encontrava impedida de solicitar habitação à Câmara por um período de dois anos. -----

----- Estimou que aquele processo da renda apoiada terminasse antes do verão, com a aprovação final da Lei, e que se fosse aprovado na Assembleia da República teriam de adaptar os regulamentos. -----

----- Regressou à Ordem de Trabalhos e referiu que tinham uma série de moções, recomendações e votos. -----

----- Mencionou que o Senhor Presidente iria estar presente para apresentar a informação escrita e prestar os esclarecimentos que se encontrassem previstos. -----

----- Comunicou que as demonstrações financeiras estavam a ser apreciadas. Disse que por imposição legal se encontravam na Ordem de Trabalhos daquela sessão mas que em princípios só iriam discutir aquele ponto no dia três de maio. Referiu que a discussão daquele ponto se encontrava agendado, na CML, para o dia vinte e um. -----

----- Apontou que a Proposta nº 131/CM/2016 – Atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente da CML e ratificação dos atos de atribuição de despesas de representação praticados há menos de um ano, com sanção do vício de incompetência relativa, ainda não tinha parecer. Disse que aquela Proposta substituíra a Proposta nº 679/CM/2015. -----

----- Lembrou que as despesas de representação, por alteração da Lei, tinham de ser aprovadas por aquela Assembleia algo que, observou, não se tinha verificado naqueles últimos anos. Contou que a CML tinha, sem estar habilitada para o efeito, continuado a processar as referidas despesas. -----

----- Relembrou que a Primeira Comissão tinha, na altura, e através da Senhora Deputada Municipal Rosa Maria, levantado o problema, colocando muitas dúvidas em relação à Proposta nº 679/CM/2015. -----

----- Referiu que na altura tinha pedido pareceres ao Departamento Jurídico sobre aquela matéria. Disse que iria colocar o parecer no *site*. -----



----- Transmitiu que ia falar com a Primeira Comissão e aproveitou para abordar uma questão que considerava desagradável. Expôs que tinha combinado com a Senhora Presidente da Primeira Comissão fazer o parecer. Lembrou que, no entanto, a Senhora Deputada Rosa Maria tinha feito, e, salientou, muito bem feito, o parecer da primeira vez. Transmitiu que não pretendia desautorizar o parecer da Senhora Deputada. Disse que já se tinha desculpado e que iria propor naquele dia, em sede de reunião da Primeira Comissão, que aquele parecer fosse um parecer conjunto. Salientou que se não tivesse sido o parecer da Senhora Deputada não teriam solicitado o parecer ao Departamento Jurídico. -----

----- **Ponto 3. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3)** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinha entrado mais uma petição. Disse que era a Petição número seis. -----

----- Pediu ao Coordenador do NAC, ao Arquiteto Pedro Sanchez, para auscultar, junto dos Presidentes das Comissões, em que ponto se encontravam as Petições números dois, três e quatro, uma vez que ainda não tinha indicação de nenhum parecer. -----

----- Mencionou, relativamente às Propostas para agendar ou reagendar, que a Proposta 660/CM/2015 tinha sido devolvida e que já tinha regressado com as explicações do Senhor Vereador Manuel Salgado. Explicou que se tratava de um problema de créditos de construção de um edifício na baixa, no qual faltava a indicação do destino do crédito de construção e que sem aquela informação não podiam aprovar a Proposta. -----

----- Disse que as Propostas números 814/CM/2015 e 12/CM/2016 já tinham parecer da Terceira Comissão mas que só as poderia agendar depois de analisadas as questões suscitadas pelo BE. -----

----- Indicou que a Proposta nº 799/CM/2015 continuava sem parecer jurídico. Referiu que tinham solicitado dois pareceres, nomeadamente um parecer à Câmara por causa da delegação de competências nas freguesias e um parecer à ANAFRE para conhecer o ponto de vista das freguesias face àquele assunto. -----

----- Considerou que a Proposta nº 107/CM/2016, uma alienação de terrenos municipais localizados no Concelho da Amadora, era uma situação muito particular e não deveria depender da Estratégia Geral da Gestão Patrimonial. -----

----- Comentou que a Proposta nº 108/CM/2016 era uma simples desafetação de domínio público e que as Propostas nºs 112, 113, 123 e 124/CM/2016 estavam a aguardar que CML enviasse a informação, solicitada por aquela Assembleia, sobre o Regulamento do Património e sobre a Estratégia de Gestão Patrimonial. -----

----- Enfatizou que aquelas Propostas ficavam à espera que a Câmara cumprisse a recomendação daquela Assembleia salientado que as Comissões já estavam a apreciar as Propostas. -----

----- Assumiu que era uma tomada de posição sua e quis saber se tinha o apoio daquela Conferência naquele sentido. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra** salientou que o PSD já tinha determinado que não iria aprovar nenhuma proposta daquele género enquanto a Câmara não enviasse o Regulamento. -----



----- **A Senhora Presidente** disse que tinha consciência daquela decisão mas que entendia que tinha de justificar porque é que, estando tudo pronto, aquelas propostas ainda estavam por agendar. -----

----- Relativamente ao Regulamento Geral de Estacionamento na Via Pública na Cidade de Lisboa, Proposta nº 154/CM/2016, questionou se a Oitava Comissão iria querer fazer algum debate público. Solicitou aos Senhores Deputados da Oitava Comissão que auscultassem a Comissão e esclarecessem aquela questão. -----

----- Questionou se a Proposta nº 165/CM/2016 também deveria ficar a aguardar a Estratégia de Gestão Patrimonial. Explicou que o loteamento da Obriverca, na fábrica do Braço de Prata, implicava a devolução da fábrica ao proprietário e que a Câmara tinha negociado, no âmbito das contrapartidas, ficar com aquele edifício. Observou que no fundo era aceitar aquela contrapartida e salientou que o loteamento já estava aprovado. ----

----- Sugeriu que talvez não tivesse de ficar dependente. Explicou que era em vantagem e em apoio à entidade que geria a fábrica do Braço de Prata, que era o consumir de uma negociação que já vinha detrás e que talvez não devesse ficar dependente. -----

----- Disse que tinham um pacote enorme de contratos de delegação de competências e, acrescentou que estava para entrar a Proposta nº 192/CM/2016 e a 1ª Revisão do Orçamento 2016 e as Grandes Opções 2016-2019. -----

----- Relativamente aos temas para agendar disse que gostaria de dar prioridade ao Plano de Saúde Hospitalar de Lisboa e da Rede de Cuidados Continuados. Partilhou que já tinha a opinião da nova Presidente da ARS e que Senhora revelara disponibilidade em se deslocar à Comissão. -----

----- Propôs que se fizesse primeiro uma reunião da Sexta Comissão, ampliada à Comissão de acompanhamento da Colina de Santana, com a Senhora Presidente da ARS para fazerem o ponto de situação, seguida de, eventualmente, um debate específico sobre aquela matéria. -----

----- Informou que tinha sido criado um Conselho Nacional de Saúde, com uma série de parceiros, para acompanhar aquelas matérias todas relacionadas com SNS e, transmitiu que tinha solicitado ao Senhor Vereador que averiguasse se não deveriam criar, também, a nível Municipal, algo do género. Disse que não precisava de ser um conselho, que poderia ser uma plataforma, mas que tinham, acentuou, que acompanhar aquele assunto. -----

----- Expôs que pretendia agendar a vinda da Senhora Presidente da ARS para o início do mês de maio e o debate específico mais para o fim daquele mês. -----

----- Referiu, em relação ao Portugal 2020, que estavam a aguardar uma atualização da Segunda Comissão e informou que a Coordenadora daquela Unidade de Missão iria ser substituída pelo Arquiteto Pedro Grilo. -----

----- Mencionou que tinham uma recomendação do PAN, para sessão do dia seguinte, referente à Parceria transatlântica. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** fez saber que, caso aquela recomendação fosse aprovada, tinham ideias concretas para tratar daquele assunto. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar** disse que a proposta apresentada pelos “Cidadãos por Lisboa” de um debate temático, que considerou urgente, se



encontrava na pasta da Conferência. Realçou que aquela proposta era apenas um primeiro esboço, quer de nomes quer de formato. -----

----- Sugeriu, por uma questão de pormenor, uma pequena alteração ao título da primeira sessão. Propôs que ao invés de “História e políticas de Habitação” ficasse apenas “Políticas de Habitação”.-----

----- Apontou um erro no final da primeira página. Expôs que onde se lia “Nuno Soares” se deveria ler “Bruno Soares”.-----

----- Voltou a realçar que se tratava apenas de um esboço e que seria, naturalmente, a Senhora Presidente a abrir os Trabalhos.-----

----- **A Senhora Presidente** propôs que aquela Proposta fosse agendada para a Conferência de Representantes seguinte e que se as outras forças políticas quisessem contribuir com outros contributos, aquela era altura oportuna para o fazerem.-----

----- **Ponto 4.- Ajustamento do Calendário (doc 4)**-----

----- **A Senhora Presidente** indagou à sua Assessora Jurídica, Dra. Alexandra Casanova, se o Debate Específico se poderia realizar numa sessão ordinária. -----

----- **A Dra. Alexandra Casanova** informou que os debates específicos tinham de ser numa sessão extraordinária.-----

----- **A Senhora Presidente** explicou que convinha que a sessão do dia três de maio fosse uma sessão ordinária, para poderem aprovar as contas e, lembrou que também tinham previsto para aquele dia o debate específico dos transportes. -----

----- Disse que poderia ser agendado sem a designação de debate específico, que poderia ser agendado como um ponto da sessão ordinária.-----

----- Acentuou que os debates específicos não tinham formato e que aquilo que efetivamente pretendiam era discutir os transportes.-----

----- Manifestou que já tinha a confirmação, para o dia três de maio, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, do Senhor Engenheiro Demétrio Alves e do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Divulgou que tinham grandes novidades em matéria de transporte de passageiros na área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Propôs, para o formato do debate, intervenções iniciais de dez minutos para a Câmara, Presidente do Conselho Metropolitano e Primeiro Secretário da Comissão Executiva Metropolitana para enquadramento da situação em matérias de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, seguido de um período para perguntas, de cinco minutos para cada força política, um período de respostas, de cinco minutos para cada um dos três intervenientes, e a declaração final de cada força política, com três minutos para cada uma. -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** sugeriu cinco minutos para as declarações finais.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que poderia colocar cinco minutos para as perguntas e cinco minutos para as declarações. -----

----- Comentou que a grelha de tempos para as contas era de cinco horas mas que, na sua opinião, não iriam levar cinco horas para discutir as contas. Propôs colocar uma grelha mais pequena. -----



----- Recordou que tinha interesse em manter o debate no dia três de maio, uma vez que já tinha a confirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, do Senhor Engenheiro Demétrio Alves e do Senhor Presidente da Câmara para aquele dia.-----

----- Sugeriu marcar uma sessão extraordinária com debate específico para aquele dia e as contas noutra, realçando que não existia, por parte da Câmara, pressa na aprovação das contas. Não se tendo verificado objeções naquele sentido. -----

----- Resumiu, em conformidade com aquilo que os membros daquela Conferência tinham acabado de sugerir, que no mês de maio iriam ter, no dia três a sessão extraordinária com debate específico, no dia dez, as contas, no dia dezassete as perguntas à Câmara e as declarações políticas no dia trinta e um. -----

----- Pediu para avisar o Senhor Vereador João Paulo Saraiva daquela alteração. -----

----- **Ponto 5. Proposta do BE sobre as Propostas 814/CM/2015 e 12/CM/2016 (doc 5)**-----

----- **A Senhora Presidente** pediu ao Senhor Deputado para apresentar a Proposta do BE. - -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Casimiro** começou por dizer que tinham apresentado dois requerimentos à CML.-----

----- Contou que, numa reunião conjunta da Primeira e da Terceira Comissões Permanentes, se tinham deslocado à obra tendo, na altura, verificado aquilo que consideravam ser um presumível crime urbanístico por parte do construtor. -----

----- Considerou, o Grupo Municipal do BE, que aquela Assembleia deveria, face à verificação que tinham feito no local, assumir uma posição relativamente àquele assunto.--

----- **A Senhora Presidente** disse que tinha analisado a carta do BE. -----

----- Referiu que solicitavam três diligências no final da carta, nomeadamente que se desse conhecimento daquela missiva à Terceira Comissão Permanente, que se promovesse a discussão do conteúdo daquela carta em Conferência de Representantes e que se tomassem as diligências que se entendessem adequadas.-----

----- Transmitiu que já tinha dado conhecimento daquela carta à Terceira Comissão, que estava a promover a discussão em Conferência de Representantes naquele momento e que entendia, relativamente à ultima diligência, que a providência mais adequada era remeter aquele assunto ao Ministério Público.-----

----- Disse que já tinha dado conhecimento à Câmara e que o Vereador Manuel Salgado era da mesma opinião. -----

----- Realçou que o Ministério Público é que tinha de apurar se existia ou não matéria criminal.-----

----- Mencionou que o Senhor Presidente da Terceira Comissão lhe tinha transmitido que o processo, do ponto de vista da deliberação das propostas, poderia prosseguir, uma vez que estava devidamente informado naquela Assembleia e que o encaminhar do caso para o Ministério Público era um processo autónomo. Revelou que era da mesma opinião. -----

----- Questionou se mais alguém se pretendia pronunciar sobre aquele assunto não se tendo verificado intervenções naquele sentido. -----

----- **Ponto 6. Outros assuntos**-----



----- **A Senhora Presidente** comunicou que tinha uma informação do Senhor Diretor Municipal da Gestão Patrimonial em resposta à Recomendação nº 11/96 – “Em defesa da associação *The Lisbon Players* e da manutenção do Edifício Estrela Hall”, a informar que a Embaixada Britânica tinha cancelado o contrato de promessa que tinha feito e que já não existia lugar ao direito de preferência porque o contrato havia sido cancelado. Prosseguiu dizendo que tinham chegado à conclusão que não podiam vender um conjunto que incluía um cemitério e, entre outros, uma igreja. Expôs que estavam a refazer o processo. -

----- Referiu que, não existindo outros desenvolvimentos, não tinham de fazer mais nada, no entanto, se voltassem a colocar um contrato de promessa de compra e venda com outro valor ou com outra dimensão a Câmara teria de exercer o direito de preferência.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse que tinham enviado pequenos contributos para as regras de utilização do Fórum. -----

----- **A Senhora Presidente** comentou que tinha visto e referiu que tinham um problema com a utilização do palco. -----

----- Transmitiu que aquele Grupo Municipal propunha que se utilizasse o acrescento do palco. Expôs que aquele acrescento era o grande responsável pela deterioração em que tinham encontrado o piso, por baixo da alcatifa, e que por isso sentia alguma dificuldade em aceder àquela proposta, com receio que pudesse ser prejudicial ao edifício.-----

----- Explicou que o piso não estava calculado para aquela carga extra.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** julgou que pudesse de existir um parecer técnico mais favorável.-----

----- Fez saber que tinham outras sugestões, nomeadamente, e entre outras, o uso da água. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que estava a ser apreciado e referiu que com as outras sugestões não havia problema. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** salientou que também tinham dado sugestões relativamente ao custo dos bombeiros. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que já não tinham custos com os bombeiros. Indagou se o Dr. Paula Braga, Coordenador do NUGEF, pretendia acrescentar alguma informação. -----

----- **O Dr. Paulo Braga** referiu que, das sugestões apresentadas, a única questão complexa era, de facto, a sobrecarga da zona fronteira ao palco. Explicou que estava infraestruturada com parte da rede elétrica. Considerou que as restantes sugestões eram pacíficas. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que estava à espera daquela informação para poder fazer o despacho. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

- 1. Aprovação de atas – Ata nº 46, de 15.2.2016 (doc 1)-----
- 2. Preparação da 103ª reunião da AML, em 19.4.2016 (doc 2)-----
- 3. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3) -----
- 4. Ajustamento do Calendário (doc 4) -----
- 5. Proposta do BE sobre as Propostas 814/2015 e 12/2016 (doc 5) -----



----- 6. Outros assuntos-----
----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e quarenta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____